



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

AS PERSPECTIVAS SOBRE O SER CRIANÇA E SER ALUNO: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO

Camila Matos Viana (1); Adma Soares Bezerra (2); Conceição Gislane Nobrega Lima de Salles (3)

(1) Universidade Federal de Pernambuco, camila.mviana@ufpe.br; (2) Universidade Federal de Pernambuco, admasoares@hotmail.com; (3) Universidade federal de Pernambuco; cgislane@terra.com.br

INTRODUÇÃO

Compreender o lugar da infância e da criança no espaço escolar constitui-se aspecto de profunda relevância no processo de estabelecimento de uma educação que rompa com o conceito de criança como um ser inacabado, em desenvolvimento e, por isso, incapaz. Embora o debate sobre o lugar e condição social da criança tenha ganhado evidência nos últimos tempos, a infância permanece permeada por circunstâncias paradoxais. Ainda que se priorizem as crianças, muitas das decisões tomadas com efeito em suas vidas não as tomam em consideração, como traz Sarmiento e Pinto (1997). Os autores apontam, aportados no que traz Qvortup (1995), as disparidades existentes no fato de que os adultos concordam com o oferecimento de melhores condições para a iniciação da vida dos infantes, no entanto os mantêm distantes da vida social.

Aportada na modernidade, o ideal de infância que vigora, traz consigo uma relação intrínseca à institucionalização da escola, entre os séculos XVII e XVIII, como traz Ariès (2006). Nesse período a escola aparecia como mecanismo de socialização da criança, local onde ela obteria os conhecimentos necessários para sua inserção na sociedade. Ainda que caracterizada como espaço criado para infância, percebe-se uma escola se utiliza de práticas e mecanismos que subtendem a exaltação de um padrão convencional de ser aluno e que torna opaca a singularidade e as especificidades da infância, podendo dificultar, desta forma, a inserção deste sujeito que, anterior à condição de aluno constitui-se criança. Neste sentido, compreender o universo escolar, a partir da perspectiva da própria criança constitui-se tema de extrema relevância no



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

processo de ressignificação da escola como um espaço que de fato, permita processos eficazes e possíveis no que diz respeito à qualidade do acesso e da permanência na trajetória de escolarização da criança, baseada, sobretudo, no respeito e consideração à sua condição social de infância.

Nessa conjuntura de relação entre o ser criança e ser aluno, intentamos, portanto, perceber quais os aspectos apontados pela criança para integrar ativamente o espaço escolar, tendo como objetivo principal *identificar as possíveis convergências e divergências entre o ser criança e o ser aluno/a apontados por um grupo de crianças do segundo ano do ensino fundamental* e como objetivos específicos; *i) compreender como as crianças se percebem no contexto escolar a partir de suas próprias impressões ii) investigar como se efetiva, na perspectiva das crianças, sua participação no contexto da sala de aula*

METODOLOGIA

Como abordagem metodológica, propomos a perspectiva etnográfica por permitir a consideração de todos os que compõem o estudo. Isto ocorre a partir do entendimento da subjetividade dos envolvidos como aspecto relevante para o norteamento da pesquisa e por ater-se à valorização dos significados dos acontecimentos, considerando o seu conjunto espaço-temporal, em detrimento da mera delimitação de fatos e eventos descontextualizados. Busca-se, no desenvolvimento da pesquisa, a aproximação da realidade do contexto em análise, com fins de recolher, além de dados explícitos, as interpretações e representações intrínsecas às interações corriqueiras do chão da escola, que permitem a construção do retrato do sistema educacional em sua complexidade.

A escolha da perspectiva etnográfica se dá no intuito de buscarmos os significados e sentidos atribuídos e construídos nas relações estabelecidas em sala de aula, garantindo ao sujeito da pesquisa situação de protagonismo no delinear do estudo.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Partimos do entendimento apontado por Mattos e Castro (2011, p. 55) quando trazem que “fazer etnografia, portanto, é dar voz a uma minoria silenciosa; é caminhar em um mundo desconhecido; é abrir caminhos passando das contingências para a autodeterminação, para a inclusão na escola, na vida social, no mundo da existência solidária e cidadã”.

Dada, portanto, a necessidade e intenção deste trabalho em compreender e refletir como ocorrem as práticas pedagógicas em seu espaço natural – a sala de aula – a partir da perspectiva da criança, a abordagem etnográfica, neste estudo, é sugerida por permitir que os/as pesquisados/as norteie/m o curso, a partir dos significados que conferem às ações desdobradas em seu espaço, fazendo o que Geertz (1989) põe ser um mecanismo de fidedignidade aos resultados do estudo: pesquisar “a escola na escola”, tornando aquele local o ambiente de sua pesquisa e não propriamente seu objeto de estudo, tendo em vista que na etnografia ressalta-se a compreensão dos processos e seus significados em detrimentos da mera mensuração dos fatos.

O que permite a possibilidade da aplicação do estudo do tipo etnográfico ao contexto da sala de aula é a concessão ao pesquisador em adentrar no universo do pesquisado, onde todos podem (re)construir os processos e as relações que constituem a vivência escolar cotidiana. Adentrar na escola é colocar uma lente de aumento na dinâmica das relações e interações que constituem seu dia-a-dia, identificando as forças que a impulsionam e a retém; suas estruturas de poder e sua constituição organizacional, bem como compreender o papel da atuação de cada sujeito “onde ações e relações, conteúdos são considerados, negados, reconstruídos ou modificados” (p.41). Esta visão prescinde o rompimento com a ideologia que prediz a escola como integrante de um cotidiano estático, repetitivo e disforme para aliar-se ao que postula Giroux (1986) ser “um terreno cultural caracterizado por vários graus de acomodação, contestação e resistência, uma pluralidade de linguagens e objetivos conflitantes” e, portanto, seu estudo não deve limitar-se a descrição de seu cotidiano, mas envolve um processo de



reconstrução, considerando sua multiplicidade, indicando o que lhe é contraditório, refazendo seu curso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A noção e o entendimento que ainda vigora acerca da infância foram iniciados na Idade Moderna, através da institucionalização da família – vida privada – e escola. Anteriormente ocorria o que Philippe Ariès (1986) tratou como a inexistência do sentimento de infância, todavia, é possível perceber em momentos precedentes rudimentos que indicam a percepção da criança.

Não obstante, reconhecendo toda a relevância do que trouxe os estudos de Ariès, é plausível mencionar que é na Modernidade que a infância emerge como momento de atenção e de grande importância no processo de formação social. Neste sentido cresce a preocupação com a formação desses indivíduos e, para tanto, impera a demarcação nos espaços destinados à adultos e crianças

A Idade Moderna caracteriza-se como marco na instituição de um sentimento de infância que está intrinsecamente ligado ao estabelecimento da escola: o local específico para a preparação das crianças para a vida adulta. Embasado no ideal racional da época, no rompimento com os dogmas religiosos que vigoravam, na efervescência do modo de produção capitalista e na busca de uma civilidade, a escola emerge como instituição para educação, preparação e adestramento da criança para o futuro, onde, como adultos e em completude, desempenharão seus devidos papéis na sociedade.

A discussão de Ariès (1981) acerca do lugar social da criança revela-se como marco de extrema relevância na compreensão das nuances que a infância tem no decorrer do tempo e das sociedades. Ao assinalar o surgimento de um sentimento de infância e a institucionalização da escola republicana, que pretende formar o cidadão republicano – dotado de razão –, o autor abre um mundo de possibilidades para se compreender a infância, para além de uma faixa etária, mas como um produto social e



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

que, por isso, sofre transformações conforme as demandas das sociedades em questão. A sociedade moderna, impulsionada pela racionalidade da época, propunha em todos os seus segmentos o uso da razão, forma e técnica. Neste sentido aponta a escola enquanto instituição que, sistematicamente, socializaria e educaria as crianças para o seu futuro. A escola moderna, portanto, assume o papel de educar as crianças com fins de que elas assumam o caráter racional e autônomo proposto para que venham a reproduzir a sociedade ansiada (BOTO, 2002).

Tal perspectiva de Boto nos remonta ao pensamento da criança como ser incapaz e a infância como um período de introdução e oposta a vida adulta, o discurso pedagógico baseia-se nas impossibilidades da infância, sendo a escola o instrumento pelo qual este ser incompleto será preparado para ter voz, vez e atuação social, sobre isto. Assim, neste espaço é possível perceber a distinção entre ser criança e aluno. Embora inicie-se a percepção da infância como período potencial para a educação, o processo educativo ocorria a partir das expectativas do mundo adulto, sendo o discurso pedagógico pautado nas incapacidades do indivíduo, “a criança, por estar em processo de desenvolvimento físico, intelectual e social, sendo portanto frágil na conduta pública, foi pensada, nestas teorias sociais, como incompleta/carente, tendo-se sempre como referência a matriz adulta” (MACEDO, 2014, p. 23).

A criança ganha espaço ao lado da condição do aluno, aquele que precisa receber o conhecimento para ser um cidadão. Deste modo pode compreender que o aluno é a transição entre a criança - ser primitivo e incompleto - e adulto - indivíduo pleno e apto a conviver socialmente, aparecendo, portanto, uma tensão entre as duas condições. Embora instituída há alguns séculos, a escola ainda se configura como um espaço que, destinado à formação da infância tende a hegemonização de um padrão de ser difundido em detrimento do entendimento da possibilidade de ser criança para além deste padrão.

CONCLUSÃO



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Pode-se dizer, então, que ocorre um silenciamento das crianças quando a escola lhes dificulta a expressão de seus anseios e expectativas e as conduzem às expectativas e anseios do mundo adulto, baseados no “vir a ser”, tornando turva todas as possibilidades que a criança tem de ser no presente, tornando-a apenas alunos, distanciando-se da condição primeira de criança que constitui o indivíduo que compõe o espaço escolar. Neste sentido, a criança, para atender as demandas impostas, cria e recria o papel de aluno ao longo de sua trajetória escolar, tal como traz Castro (2011), o indivíduo tende a criar para si e para os outros que compõem a sala de aula a função de aluno, elegendo as atividades e comportamentos relevantes para sua inserção efetiva ao contexto, contribuindo para o sentimento de pertencimento à escola.

Assim, desnaturalizar a infância e a escola e as conceber como produtos históricos e sociais que sofrem alterações e influências no decorrer do tempo e espaço em e onde ocorrem por estarem situadas em um contexto mais amplo e, sobretudo, compreender a criança como sujeito social, integrante ativo e participativo da conjuntura a que pertence e dos lugares que ocupa torna-se aspecto relevante na elucidação das problemáticas que permeiam a infância e os espaços ocupados que ocupam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, Marli Elza D. A de. *Etnografia na prática escolar*. Campinas: Papyrus, 1995.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1978.

KOHAN, Walter. O. *Infância entre educação e filosofia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003

MATTOS, Carmem Lucia Guimarães; CASTRO, Paula Almeida de (Orgs.). *Etnografia e educação conceitos e usos*. Campina Grande: EDUEPB, 2011



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel. *As crianças: contextos e identidades*. Braga. Centro de estudos da Universidade do Minho, 1997